



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 22 de Julho de 2009 (30.07)
(OR. en, cs)**

12002/09

COPEN 135

NOTA DE ENVIO

de:	Milena Vicenová, Representante Permanente, Representação Permanente da República Checa junto da União Europeia
data:	17 de Junho de 2009
destinatário:	Ivan PIZJAK, Director-Geral, Direcção-Geral H (Justiça e Assuntos Internos) do Conselho da União Europeia

Assunto:	Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda – Carta de notificação por parte da República Checa
----------	--

Exmo. Sr.,

Nos termos do artigo 22.º, n.º 2 da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda (publicada no Jornal Oficial da UE, L 328, de 24 de Novembro de 2006, p. 59), junto os textos legais alterados que foram adoptados pela República Checa para efeitos de completa transposição da referida decisão-quadro.

As disposições da decisão-quadro foram transpostas para a Lei n.º 141/1961 Col. (Código do Processo Penal), alterada, e para a Lei 219/200 Col. sobre os bens da República Checa e a sua posição nas relações jurídicas. A Lei 457/2008 Col., que transpõe a decisão-quadro para as citadas leis da República Checa, entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

A República Checa transpôs plenamente a decisão-quadro.

Junto enviamos informação adicional sobre as disposições internas adoptadas, sob a forma de um quadro comparativo em que se indicam as medidas pertinentes da nossa legislação que transpõem a decisão-quadro. Enviamos igualmente o texto da secção pertinente da Lei 457/2008 Col., nomeadamente a secção 10.

A pessoa a contactar para eventuais consultas sobre questões técnicas referentes à legislação adoptada é a seguinte:

Mgr. Kateřina Gauthierová

Mezinárodní odbor trestní

Ministerstvo spravedlnosti ČR

tel.: +420 221 997 630

email: KGauthierova@msp.justice.cz

Língua de trabalho: francês

Enviem-se nos Anexos 2 e 3 a notificação da República Checa e os seus anexos, nos termos do artigo 3.º, n.º 1 da decisão-quadro, relativo à determinação das autoridades competentes, nos casos em que a República Checa é o Estado de emissão ou o Estado de execução, em conformidade com a decisão-quadro.

Junto se envia igualmente, como Anexo 4, a declaração da República Checa nos termos do artigo 7.º, n.º 5 da decisão-quadro, segundo a qual as autoridades competentes da República Checa não reconhecerão, nem executarão, as decisões de perda em circunstâncias em que a perda dos bens tenha sido decidida ao abrigo dos poderes alargados de declaração da perda previstos no ponto iv) da alínea d) do artigo 2.º, nos casos em que o método de execução da perda mencionado na decisão de perda não for permitido no âmbito da lei interna da República Checa.

(Fórmula de cortesia).

4 anexos

Notificação pela República Checa nos termos do artigo 3.º, n.º1 da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda

Nos termos do artigo 3.º da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, a República Checa declara que os órgãos competentes são:

1/ no caso de a República Checa ser o Estado de emissão:

- os tribunais superiores, regionais, distritais e de comarca competentes a nível local, o Tribunal Municipal de Praga, o Tribunal Municipal de Brno e o Supremo Tribunal da República Checa;
- o Gabinete da Representação do Governo para as Questões da Propriedade.

2/ no caso de a República Checa ser o Estado de execução:

- os tribunais superiores e regionais competentes a nível local e o Tribunal Municipal de Praga;
- o Gabinete da Representação do Governo para as Questões da Propriedade.

Os órgãos responsáveis pela recepção de uma decisão, acompanhada de uma certidão, emanada de outros Estados-Membros são os tribunais regionais competentes a nível local e o Tribunal Municipal de Praga. Estes órgãos podem ser contactados no endereço indicado no Anexo 3.

3/ O órgão responsável por assistir as instâncias competentes é o Ministério da Justiça da República Checa, que pode ser contactado no endereço indicado no Anexo 3.

4/ O órgão da República Checa responsável por celebrar acordos com outros Estados-Membros sobre a alienação de bens apreendidos ou declarados perdidos com base numa decisão de apreensão ou de perda (artigo 16.º, n.º 4 da decisão-quadro) é o Ministério das Finanças da República Checa, que pode ser contactado no endereço indicado no Anexo 3.

Anexo à notificação, pela República Checa, nos termos do artigo 3.º, n.º1 da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda

A/ Os tribunais regionais competentes a nível local e o Tribunal Municipal de Praga podem ser contactados nos seguintes endereços:

1. Tribunal Municipal de Praga

Spálená 2

112 16 Prague 1

Tel.: +420221931 111

Fax: +420224947 490

E-mail: slezska@msoud.pha.justice.cz

2. Tribunal Regional de Brno

Rooseveltova 16

601 95 Brno

Iř 215724

Tel.: +420 542101111

Fax: +420 542103362

E-mail: podatelna@ksoud.brn.justice.cz

3. Tribunal Regional

Nám. Kinských 5

150 75 PRAGUE 5

Tel.: +420257005 111

Fax: +420 257321 528

E-mail: podatelna@ksoud.pha.justice.cz

4. Tribunal Regional de Ústí nad Labem

Národního odboje 1274

400 92 Ústí nad Labem

Tel.: +420 475247111

Fax: +420 475247369

E-mail: podatelna@ksoud.unl.justice.cz

5. Tribunal Regional de Ostrava

Havlířkovo nábřeží 34

728 81 OSTRAVA

Tel.: +420596153 111

Fax: +420569120 981

E-mail: ksostrava@ksoud.ova.justice.cz

6. Tribunal Regional de České Budějovice

Zátkovo nábřeží 2

370 84 České Budějovice

Tel.: +420 386018 111

Fax: +420386354 309

E-mail: podatelna@ksoud.cbu.justice.cz

7. Tribunal Regional de Plzeň

Veslavínova 40

306 17 Plzeň

Tel.: +420 377 868888

Fax: +420 377868000

E-mail: epodatelna@ksoud.plz.justice.cz

8. Tribunal Regional de Hradec Králové

Ceskoslovenské armády 218

502 08 Hradec Králové

Tel.: +420 498 016 111

Fax: +420 495 514 021

E-mail: posta@ksoud.hrk.justice.cz

B/ O Ministério da Justiça da República Checa pode ser contactado no seguinte endereço:

Ministerstvo spravedlnosti [Ministério da Justiça]

mezinárodní odbor trestní [departamento criminal internacional]

Vyšehradská 16

128 10 Prague 2

Tel.: +420221997925

Fax.: + 420221997986

E-mail: om@msp.justice.cz

B/ O Ministério das Finanças da República Checa pode ser contactado no seguinte endereço:

Ministerstvo financí [Ministério das Finanças]

Letenská 15

118 10 Prague 1

Tel.: +420257041 111

Fax.: + 420257042 788

E-mail: podatelna@mfcf.cz

Declaração da República Checa, nos termos do artigo 7.º, n.º5 da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda

Nos termos do artigo 7.º, n.º 5 da Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de Outubro de 2006 , relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda, a República Checa declara que as suas autoridades competentes não reconhecerão, nem executarão, as decisões de perda em circunstâncias em que a perda dos bens tenha sido decidida ao abrigo dos poderes alargados de declaração da perda previstos no ponto iv) da alínea d) do artigo 2.º, nos casos em que o método de execução da perda mencionado na decisão de perda não for permitido no âmbito da lei interna da República Checa.